RESPONSABILIDADE E CONSCIÊNCIA AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO GOVERNO E DA COMUNIDADE EM UM MUNICÍPIO ALAGOANO

Dartagnan Ferreira de Macêdo¹

Elton Oliveira de Moura²

Diego da Guia Santos³

Ricardo Luís Alves de Oliveira Ribeiro⁴

RESUMO

O objetivo deste estudo foi descrever a responsabilidade e a consciência ambiental, considerando a atuação de dois atores sociais: os governantes municipais e a comunidade local. Foi realizada uma pesquisa qualitativa e quantitativa, por meio de um estudo de caso no município de Viçosa, Alagoas. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores municipais responsáveis pela área ambiental e também foram aplicados 385 questionários com membros da comunidade. Os resultados demonstraram que muitos cidadãos não possuem consciência da necessidade de cuidar do meio ambiente, sendo apontadas algumas facilidades e dificuldades nesse processo. Quanto ao setor público, descreveu-se o papel da gestão municipal e sua atuação, enfatizando-se alguns pontos a serem aprimorados. Conclui-se que a responsabilidade ambiental deve ser compartilhada entre ambos os atores sociais, de modo a garantir que o meio ambiente seja preservado para a atual e as futuras gerações. Os resultados desta pesquisa têm potencial de contribuição para a formulação de políticas públicas de meio ambiente, sobretudo a nível municipal, que busquem desenvolver ações de conscientização dos diferentes atores responsáveis pela preservação do meio ambiente.

Palavras-chave: Consciência Ambiental. Responsabilidade Ambiental. Sustentabilidade. Gestão Pública. Gestão Ambiental.

RGSA adota a Licença de Atribuição CC BY do Creative Commons (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>).

¹ Mestre em Administração pelo Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Alagoas (Brasil). Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL), Alagoas (Brasil). Email: dartagnan1@outlook.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1545-7153>

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Paraíba (Brasil). Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL), Alagoas (Brasil). Email: elton.moura@ifal.edu.br Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-0172-724X>

³ Mestrado Profissional em Administração Pública pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Paraíba (Brasil). Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL), Alagoas (Brasil). Email: diego.daguia@ifal.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1847-1375>

⁴ Mestrando em Engenharia Industrial pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Bahia (Brasil). Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL), Alagoas (Brasil). Email: ricardo.ribeiro@ifal.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6742-5404>

ENVIRONMENTAL RESPONSIBILITY AND AWARENESS: AN ANALYSIS OF GOVERNMENT AND COMMUNITY ACTION IN THE CITY OF ALAGOAS

ABSTRACT

The objective of this study was to understand the degree of responsibility and environmental awareness, considering the performance of two social actors: municipal governments and the local community. A qualitative and quantitative research was carried out through a case study in the city of Viçosa, Alagoas. For this purpose, semi-structured interviews were carried out with municipal managers in charge for the environmental area and 385 questionnaires were also applied to community members. The results showed that many citizens are not aware of the need to take care of the environment, with some facilities and difficulties in this process being pointed out. As for the public sector, the role of municipal management and its performance was described, emphasizing some points to be improved. It is concluded that environmental responsibility must be shared between both social actors, in order to ensure that the environment is preserved for current and future generations. The results of this research have the potential to contribute to the formulation of public environmental policies, especially at the municipal level, which seek to develop awareness-raising actions for the different actors responsible for preserving the environment.

Keywords: Environmental awareness. Environmental responsibility. Sustainability. Public Management. Environmental Management.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a questão ambiental tem ganhado um papel central nas discussões de diversos eixos da sociedade. Considerar a importância de se pensar sobre a garantia do futuro do planeta, mediante o uso racional e sustentável dos recursos naturais, tem feito parte da agenda de políticas públicas, do mercado, das organizações da sociedade civil e do terceiro setor.

Eventos e conferências internacionais como a Eco 92, o RIO+20 e a Conferência das Partes (COP) são exemplos de mobilizações para buscar discutir medidas de comum acordo, na tentativa de diminuir o impacto da ação humana no ambiente. Esses eventos englobaram um quantitativo representativo de nações participantes e buscaram invocar a responsabilidade do indivíduo, da sociedade civil, das organizações e dos países, para a preservação do meio ambiente (Pereira & Curi, 2012; Espíndola, Moretto Neto, & Souza, 2017). Além disso, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) também aponta a responsabilidade dos cidadãos e do Estado em relação ao cuidado com o meio ambiente, destacando-se que o papel deve ser compartilhado entre os atores sociais (Brasil, 1988).

De maneira geral, verifica-se que há uma maior preocupação da sociedade com a causa ambiental. No entanto, ainda há uma preocupação relacionada à ausência de consciência ambiental (Chugh, Wibowo, & Grandhi, 2016). Por consciência ambiental, considera-se a capacidade de compreender e reconhecer os custos e benefícios associados às questões ambientais (Gadenne, Kennedy, & McKeiver, 2009). Por motivos diversos, percebe-se que ainda há dificuldades para efetivar uma maior consciência e ação socioambiental por parte da comunidade, por exemplo, com o descarte correto dos resíduos sólidos, com o consumo responsável e a separação do lixo para a realização de coleta seletiva.

Quando se observa a atuação do setor público na área ambiental, no contexto brasileiro, é possível destacar que as políticas ambientais tiveram um avanço no Brasil, principalmente no que se refere a aspectos legais e institucionais. Contudo, não foram suficientes para conter a degradação ambiental (Lima, 2011). Verifica-se que, muitas vezes, o discurso proferido não condiz com as práticas empregadas. Dessa maneira, persistem lacunas quanto à implementação de políticas públicas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável das cidades.

Nesse sentido, Severo, Guimarães, Dellarmelin e Ribeiro (2019) chamam a atenção para a importância do desenvolvimento de consciência ambiental nos indivíduos membros de uma

sociedade. Para os autores, a conscientização ambiental é capaz de despertar a população para novos hábitos de consumo e de implementar uma nova postura socialmente responsável, preocupada com a preservação dos recursos e com a adoção de práticas sustentáveis.

Desse modo, registra-se a importância da realização de estudos que analisem o nível de consciência e responsabilidade ambiental, já que os resultados podem contribuir para a melhoria da atuação governamental. Assim, este estudo orientou-se a partir da seguinte questão de pesquisa: em que medida a sociedade e o governo estão conscientes de seus papéis e de suas responsabilidades para a garantia de um meio ambiente sustentável? Esta pesquisa visa responder a essa indagação, a partir de um estudo de caso no município de Viçosa, em Alagoas.

A escolha pelo município de Viçosa-AL como campo para esta pesquisa se deu pelo fato de ser uma cidade que possui uma vasta fonte de riquezas naturais, mas que, ao longo de sua história, comprometeu a utilização desses recursos, seja pela ausência ou pela ineficiência de políticas públicas ou ação direta da sociedade civil (Santos, Medeiros, & Santos, 2018).

Nessa perspectiva, o objetivo do presente estudo foi descrever a consciência e a responsabilidade ambiental no município de Viçosa-AL, a partir de um estudo com gestores públicos e com a comunidade local. Especificamente, objetivou-se apontar a percepção da sociedade sobre a conscientização, as facilidades e as dificuldades para uma atuação sustentável no dia a dia, assim como identificar a atuação da gestão pública municipal no setor, registrando os aspectos positivos e negativos das ações governamentais.

2 GESTÃO AMBIENTAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

A Carta Magna brasileira, CF/88, estabelece o Brasil como um país federativo. Nesse sentido, estados, municípios e a União formam uma estrutura descentralizada do poder administrativo. No entanto, apesar da autonomia política, legislativa e administrativa dos entes federativos, é importante destacar que, na verdade, a atuação desses entes não acontece de maneira isolada, mas deve acontecer de forma pactuada (Segatto & Abrúcio, 2016). Dessa forma, os municípios exercem um papel importante na implementação das políticas, devido a sua proximidade com o espaço de execução de muitas políticas públicas.

A CF/88 trata ainda, em seu art. 23, como competência comum da União, dos estados e dos municípios, dentre outras atribuições: a) proteção das paisagens naturais notáveis e dos sítios arqueológicos; b) proteção do meio ambiente e combate à poluição em qualquer de suas formas; c) preservação de florestas, da fauna e da flora; e d) registro, acompanhamento e fiscalização de concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.

Em uma sociedade com uma ideia de desenvolvimento baseada, sobretudo, no aspecto econômico, percebe-se uma dificuldade de garantir um modelo que alinhe crescimento econômico ao desenvolvimento sustentável, com vistas a garantir o futuro da nação, conforme preconiza a legislação. Porém, é possível, com uma soma de esforços entre entes governamentais e sociedade, que se consiga um desenvolvimento que não prejudique a sustentabilidade socioambiental (Leandro, Neffa, & Neffa, 2016).

Percebe-se que a responsabilidade com as questões ambientais é solidária, havendo, inclusive, interrelações entre o público, o privado e o terceiro setor nas definições das agendas de políticas públicas do meio ambiente. As ações públicas, no que se refere ao meio ambiente, devem considerar: a transversalidade, a não neutralidade e a governança como fatores-chave (Garcia & Gomes, 2016).

Assim, ações públicas relativamente simples como fomentar e estimular a formação de cooperativas de catadores de lixo, para que o processo de reciclagem seja organizado e sistemático, pode contribuir para ampliar a noção de cidadania desse público marginalizado da sociedade e, além disso, contribuir para uma cultura de coleta seletiva de resíduos, que interferirá positivamente em toda a região (Bastos & Araújo, 2015).

De acordo com Nunes, Philippi Jr. e Fernandes (2012), uma política ambiental exitosa deve apresentar três elementos principais: a) **objetivos**, que devem ser claros e representar as motivações da implementação de tal política; b) **instrumentos**, que são os meios para o alcance dos objetivos; e, por fim, c) os **agentes**, que são os atores responsáveis pela implementação das políticas.

Nesse sentido, em âmbito municipal é possível elencar uma série de responsabilidades inerentes ao governo municipal no que se refere à gestão ambiental, como é possível observar na Figura 1:

Responsabilidade	Norma
Ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.	Artigo 30 da Constituição Federal de 1988.
Serviços de saneamento básico (abastecimento de água potável, coleta de esgoto sanitário, limpeza urbana e gestão dos resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas).	Conforme interpretação do artigo 30 da Constituição Federal, que fala sobre a prestação de serviços de interesse local.
Licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local e daquelas que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio.	Artigo 6º da Resolução Conama 237/1999.
Gestão das unidades de conservação criadas pelo próprio poder público municipal.	Lei Federal nº 9.985/2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).
Elaboração e execução da Política Municipal de Meio Ambiente	Lei Complementar 140/2011.
Execução, dentro do município, das Políticas Nacional e Estadual de Meio Ambiente.	
Organização e manutenção do Sistema Municipal de Informações sobre Meio Ambiente.	
Elaboração o Plano Diretor, observando os zoneamentos ambientais. Promoção da educação ambiental.	
Realização de licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos que possam causar impacto local, conforme estabelecido pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente; e aquelas que estiverem localizadas em áreas degradadas, exceto Áreas de Proteção Ambiental (APA's).	
Responsabilidade comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em colaboração com a sociedade civil, na criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa e de suas funções ecológicas e sociais nas áreas urbanas e rurais.	Lei Federal 12.651/2012, que estabelece o Novo Código Florestal.

Figura 1. Responsabilidades relacionadas ao meio ambiente atribuídas aos municípios.

Fonte: Azevedo et al. (2015, p. 9).

Conforme exposto, ilustra-se um sumário das responsabilidades relacionadas às questões ambientais atribuídas aos municípios, que foram elaboradas por Azevedo et al. (2015), com base nas legislações vigentes. No entanto, é importante destacar que apesar da gama de responsabilidades atribuídas ao poder público municipal, este não é o único responsável pela promoção da proteção aos recursos ambientais. A sociedade civil possui um importante papel na promoção dessas políticas, e a sua responsabilidade é, inclusive, destacada na CF/88.

3 CONSCIÊNCIA E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL NA GESTÃO AMBIENTAL

No Brasil, a CF/88 registra, em seu art. 225, que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Desse modo, evidencia-se que o papel de cuidar do meio ambiente deve ser compartilhado entre a administração pública e a sociedade civil.

No entanto, para que isso ocorra é importante que ambas as partes tenham consciência sobre o seu papel na preservação do meio ambiente. Ademais, como destacam Severo et al. (2019), desenvolvimento da consciência ambiental nos membros de uma sociedade pode ser vetor de transformação da relação entre a população e o meio ambiente. Pode-se destacar ainda que a necessidade do desenvolvimento da consciência ambiental não deve estar restrita à população, mas também aos governos municipais, pois, apesar das legislações que exigem a execução de diversas políticas, ainda há indícios de ausência da real consciência sobre a importância da preservação do meio ambiente.

Nesse sentido, estudos científicos recentes têm tratado da temática ambiental a partir de diferentes iniciativas da sociedade civil e de alguns municípios. Arenhardt, Damke, Rodrigues, Dill e Trevisan (2017), por exemplo, estudaram sobre o comportamento ambiental referente ao descarte de telefones celulares, com cidadãos de uma cidade gaúcha, evidenciando que a maioria das pessoas desconhece a legislação sobre o descarte adequado de equipamentos eletrônicos, o que demonstra a necessidade de políticas públicas que ampliem a conscientização da população sobre os riscos ao meio ambiente.

Por sua vez, Januário, Fernandes, Valério e Macedo (2017) analisaram o comportamento ambiental da população de um município paranaense quanto ao descarte de resíduos sólidos, após uma política pública ambiental que implantou a coleta seletiva na cidade analisada. Visualizou-se que, apesar de alguns avanços, muitos moradores continuam com práticas não sustentáveis, o que exige a institucionalização de políticas permanentes de educação ambiental para superar o problema evidenciado.

Analisando as percepções de diferentes gerações sobre a causa ambiental, Severo, Guimarães, Brito e Dellarmelin (2017) relataram que, de acordo com a geração, as pessoas tendem a ter maior ou menor interesse pelas causas ambientais, havendo diferenciações significativas. Assim, deve-se analisar o perfil dos indivíduos ao se traçar estratégias de incentivo às práticas sustentáveis e à redução dos impactos ambientais causados.

Em estudo que analisou o nível de preocupação socioambiental e hábitos de consumo de estudantes universitários, Cavalcanti, Silva, Lira e Costa (2020) evidenciaram um baixo grau de conscientização ambiental e de preocupação com temáticas como consumo sustentável, por exemplo, ilustrando-se a necessidade de se buscarem ações que possam permitir uma maior conscientização.

Especificamente quanto ao consumo sustentável, Costa, Ramos, Vils e Cunha (2021) demonstraram uma correlação em relação aos valores e às atitudes dos indivíduos e à tendência dos mesmos em adotarem comportamentos conscientes ambientalmente. Já o trabalho de Raasch, Sousa Júnior e Rocha (2021) constatou que existe maior probabilidade de consumidores que possuem maior consciência ambiental em estarem dispostos a pagar pelo valor dos produtos e/ou serviços sustentáveis.

No que se refere ao setor público, Silva, Silva e Duarte (2016) identificaram o atendimento ou não de três municípios mineiros à legislação ambiental sobre resíduos sólidos. Constatou-se que nenhum dos municípios analisados cumpre integralmente o que preconiza a legislação, por aspectos técnico-administrativos ou devido a questões financeiras, devendo se buscar estratégias conjuntas, tais como a implantação de consórcios públicos intermunicipais, com vistas a superar as grandes dificuldades existentes.

Percebe-se, a partir dos breves apontamentos da literatura, que é inegável o avanço da disseminação dos conhecimentos sobre a importância da adoção de práticas que visem garantir a sustentabilidade ambiental, quer seja no âmbito da sociedade, quer seja no âmbito das instituições do setor público. Todavia, os mesmos estudos apontam diversas dificuldades para que as ações que visem a proteção ao meio ambiente sejam adotadas de forma efetiva, sistemática e global, devido a diversos pontos, que vão desde a ausência de educação ambiental, até a insuficiência de políticas públicas que busquem verdadeiramente intervir nessas questões.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo teve como objetivo descrever a consciência e a responsabilidade ambiental, considerando a atuação de dois atores sociais: os governantes municipais e a comunidade local.

Para atender o objetivo proposto, foi conduzida uma pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa. Como campo de estudo, foi escolhido o município de Viçosa, localizado na Zona da Mata do estado de Alagoas, no Nordeste do Brasil. A Figura 2 apresenta a localização do município em relação ao estado de Alagoas e algumas informações territoriais e ambientais.

Figura 2. Informações ambientais e territoriais do município de Viçosa-AL.

Fonte: Elaborada a partir de dados do IBGE (2020).

A escolha pelo município se deu pelo fato de ser uma cidade que possui uma vasta fonte de riquezas naturais, mas que ao longo dos anos tem testemunhado a degradação dos seus recursos naturais, seja pela ausência ou insuficiência de políticas públicas adequadas, seja pela ação direta da sociedade civil (Santos, Medeiros, & Santos, 2018).

Por esse motivo, como participantes da pesquisa, tem-se dois grupos principais: a) comunidade local de moradores do município de Viçosa; e b) gestores públicos municipais responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas voltadas para a gestão do meio ambiente no município de Viçosa. A escolha desses dois grupos de participantes se deu pelo fato de que, nesta pesquisa, considera-se que a gestão ambiental municipal é fruto das ações conjuntas mobilizadas entre o setor público e a sociedade civil.

Dessa forma, a coleta de dados da pesquisa dividiu-se em duas etapas principais: a) a primeira, qualitativa, reuniu dados junto à prefeitura municipal no que se refere às políticas ambientais desenvolvidas no município de Viçosa. Para tanto, foram realizadas duas entrevistas com gestores municipais da cidade que trabalham na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. A escolha por esses dois gestores se deu pelo fato de serem os principais responsáveis pela execução das políticas de meio ambiente no município. A técnica de entrevista adotada foi o de entrevistas semiestruturadas, a partir de um roteiro com treze questões; b) a segunda etapa de coleta de dados, por sua vez quantitativa, teve os dados oriundos dos questionários que foram aplicados no centro da cidade de Viçosa, em diversos pontos de grande circulação de pessoas, como praças e ruas

movimentadas, em horários comerciais pela manhã e à tarde, entre os meses de fevereiro e abril de 2019. Ao total, foram ao todo 385 entrevistados, em que todos os indivíduos foram selecionados de forma aleatória e os dados foram coletados por meio da aplicação do questionário, contendo 18 questões. As questões abordaram temas como o descarte correto do lixo, a consciência ambiental, as facilidades e dificuldades observadas no município, a percepção sobre a qualidade do meio ambiente local, a disponibilidade de coleta seletiva, o uso consciente dos recursos e o consumo responsável, dentre outros aspectos.

Ambos os instrumentos, roteiro de entrevista e questionário, foram elaborados pelos autores a partir da análise de estudos anteriores, assim como passaram por um refinamento por pares em um grupo de pesquisa, antes da definição da versão final, a qual foi aplicada aos sujeitos da pesquisa.

Por fim, a etapa de análise de dados se deu a partir da análise de conteúdo (Bardin, 2016) para os dados qualitativos, que consistiu no processo de organização e transcrição das entrevistas feitas, seguido pela leitura, codificação e categorização dos dados. Por sua vez, adotou-se a análise descritiva (Hair, Black, Babin, & Anderson, 2010) para os dados quantitativos, a partir da tabulação dos dados obtidos via questionário e posterior análise utilizando técnicas de estatística descritiva.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para melhor descrição dos resultados e discussões deste estudo, optou-se por subdividir esta seção considerando a seguinte estrutura: na primeira parte, são apresentados os dados referentes ao levantamento feito com a população local; na segunda parte, são apresentados os dados referentes ao levantamento feito com os gestores municipais.

5.1 Análise da responsabilidade ambiental da comunidade

Os dados oriundos dos questionários foram coletados no centro da cidade de Viçosa-AL, entre os meses de fevereiro e abril de 2019. Foram ao todo 385 entrevistados, em que todos os indivíduos foram selecionados de forma aleatória e os dados foram coletados por meio da aplicação de um questionário semiestruturado. Inicialmente, apresenta-se o perfil dos participantes.

Mais da metade da amostra foi composta por mulheres, especificamente 67%. Em relação à idade, os entrevistados tinham entre 18 e 78 anos, abrangendo quase todas as gerações. Quanto ao grau de instrução, observou-se que a maioria dos sujeitos da pesquisa possui entre o ensino fundamental (37,1%) e o ensino médio (40,3%). Os analfabetos somaram 12,7%; pessoas com nível superior 8,3% e com pós-graduação 1,6% da amostra.

Considerando os tópicos de discussão mais específicos do estudo, indagou-se sobre o interesse dos cidadãos em questões que envolvam a temática ambiental. Os resultados podem ser visualizados na Figura 3, ilustrada a seguir.

Figura 3. Interesse dos entrevistados nas questões ambientais.

Fonte: Dados da pesquisa.

Assim, verifica-se uma predominância de moradores (52,5%) que afirmaram estar muito interessados na temática. Dessa forma, registra-se uma variável positiva, uma vez que 31,2% afirmaram ser razoavelmente interessados, o que totaliza 83% dos entrevistados com interesse nos assuntos relativos ao tema objeto de estudo. Apenas 9,9% disseram ter pouco interesse e 6,5% afirmaram não ter nenhum interesse nas questões concernentes ao meio ambiente.

Especificamente sobre a consciência ambiental, a Figura 4, a seguir, registra as respostas dos cidadãos para a seguinte indagação: “você considera que tem consciência ambiental?”, apontando a autopercepção dos entrevistados.

Figura 4. Consciência ambiental dos respondentes.

Fonte: Dados da pesquisa.

Inicialmente, faz-se necessário salientar o que se entende por consciência ambiental. Assim, apresenta-se o conceito apontado por Krzysczak (2016, p. 08), que afirma que a “[...] percepção ambiental pode ser definida como sendo uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, ou seja, o ato de perceber o ambiente que se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo. A percepção de cada indivíduo é um processo pessoal”.

Levando-se em consideração o que foi argumentado pelo autor e que 79,7% dos respondentes se expressaram como ambientalmente conscientes, compreende-se que os sujeitos se encontram num processo de integralização da percepção ambiental ao meio ambiente, a partir da afirmação de “serem conscientes”. Em relação às outras respostas, 16,4% revelaram ser parcialmente conscientes e apenas 3,9% responderam não ter responsabilidade ambiental, o que se pode considerar um aspecto positivo.

Observaram-se diversas justificativas para a resposta sobre a consciência ambiental, conforme ilustra a Tabela 1, destacando-se os seguintes argumentos: “Porque é o meu dever preservar o meio ambiente e de todos.”; “Porque eu penso/me preocupo no que pode acontecer com o futuro da nação.”; “Porque eu evito poluir, fazendo a minha parte.”. As respostas ilustram diversas justificativas, a maioria delas destacando o papel das pessoas enquanto cidadãos.

Quanto aos 16,4% que demonstraram consciência ambiental parcial, observaram-se justificativas congruentes, mediante argumentações que manifestaram descuido ou falta de tempo, como: “Tem ações que eu sei que vão prejudicar o meio ambiente, mas eu faço às vezes.”; “O dia a dia é corrido, não sobra tempo para cuidar do meio ambiente.”. Por sua vez, a taxa de 3,9%, que afirmam não ter consciência ambiental, apresentou relatos como: “Eu não tenho interesse/preocupação.” ou “Eu não conheço isso.”, destacando-se a despreocupação ou falta de conhecimento dos sujeitos entrevistados.

Tabela 1 – Justificativas sobre consciência ambiental dos participantes

Justificativas	Frequência
Porque é meu dever preservar o meio ambiente e de todos	66
Porque eu penso/me preocupo no que pode acontecer com o futuro da nação	47
Sou consciente, porque será bom para mim/para todos/para a natureza/para o meio ambiente	39
Eu não sei explicar	38
Tem ações que eu sei que vão prejudicar o meio ambiente, mas eu faço às vezes	31
Porque é bom/importante/necessário preservar, é bom para a nossa saúde	28
Porque eu evito poluir fazendo minha parte	27
Porque eu gosto de preservar o meio ambiente organizado e limpo/ Porque eu cuido	25
Eu tento não prejudicar/poluir o ambiente, mudando meus hábitos/attitudes	21
Porque eu cuido do meu lixo/ Eu reciclo/ Eu despejo o meu lixo em lugares certos	16
Porque eu dependo/preciso do meio ambiente para sobreviver	10
Eu tenho consciência porque tenho cuidado com a natureza/meio ambiente	9
Eu não tenho interesse/ Eu não me preocupo	8
Porque eu uso recursos naturais de forma consciente evitando desperdícios	7
Eu não conheço isso	6
Eu queria fazer mais pelo meio ambiente, mas não sei como	4
O dia a dia é corrido, não sobra tempo para cuidar do meio ambiente	3
Total	385

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando a responsabilidade para uma solução ou redução dos problemas ambientais presentes na região, 67,5% afirmaram que cabe ao cidadão, por meio de ações diárias, contribuir para as soluções dos problemas. Em contrapartida, 16,6% opinaram que compete ao governo intervir com ideias e ações que sejam capazes de resolver ou mitigar as problemáticas ambientais.

Ainda sobre os agentes que podem auxiliar na redução das problemáticas da área, 7% não souberam responder, demonstrando-se que parte dos respondentes não conhecem o dever e a capacidade que possuem para contribuir com a resolução ou redução de tais problemas. As escolas e universidades foram apontadas por 6% dos participantes, demonstrando-se que os ambientes educacionais são considerados importantes para trazer soluções, especialmente por meio da formação acadêmica e da educação ambiental. Apenas 2,9% relacionaram as soluções com as empresas. Nota-se que essa pequena taxa percebe que o ramo empresarial interfere no meio ambiente, quando busca atender as mais variadas demandas de matéria-prima, para diversificados setores.

Perguntados sobre o descarte correto do lixo, 62,6% afirmam que não descartam o lixo corretamente. Percebeu-se uma diversidade de fatores que influenciaram o resultado, que vão desde ausência ou deficiência da coleta seletiva, passando pela falta de incentivo governamental às práticas de separação, até o desconhecimento e a inexistência de interesse sobre esse processo por parte da amostra. Quanto aos 34,7% que separam os resíduos de forma correta, o plástico destacou-se como o item que mais é descartado corretamente, possivelmente por ser um material presente no dia a dia e pela facilidade em separá-lo.

Quanto a ações sustentáveis consideradas como importantes para serem adotadas (Figura 5), destacaram-se nos relatos a coleta seletiva, a parceria com cooperativas de catadores e o uso de sacolas retornáveis ou de papel, em detrimento das embalagens plásticas.

Buscou-se, também, descrever os principais responsáveis pelos danos ao meio ambiente no município, a partir da percepção dos respondentes. Obteve-se como resultado que 46% afirmam que o maior fator poluente do meio ambiente seria a falta de conscientização e de responsabilidade das pessoas, registrando, assim, uma visão de que uma parcela da comunidade, por não ter valores ambientais ou acesso à informação, gera danos nocivos ao meio ambiente.

Por sua vez, revelou-se que para 4,2% o maior responsável pela poluição seria o governo, uma indicação sobre a ineficiência de políticas públicas ambientais, que resulta num cenário ambiental negativo. As empresas, por sua vez, foram consideradas por 3,6%, interpretando-se que elas se utilizam do meio ambiente, geram resíduos e provocam impactos poluentes. Já segundo 42,6% dos entrevistados, todos os atores sociais, população, gestão pública e privada, possuem responsabilidade, direta ou indireta, nos problemas ambientais vivenciados. Assim, pode-se inferir que as pessoas da comunidade seriam as principais responsáveis nesse processo, na perspectiva dos respondentes.

Questionados sobre contribuições relacionadas ao consumo, vários fatores foram elencados, como é possível observar na Figura 6. A economia de água e energia elétrica revelou-se como o resultado de maior consistência, com 49,6%. Outra ação que pode ser relacionada com essa economia doméstica é o uso de lâmpadas e equipamentos de baixo consumo de energia, citada por 23,6%.

Figura 6. Formas de contribuição direcionada ao consumo consciente.
Fonte: Dados da pesquisa.

Vale ressaltar outras formas de contribuição que foram mencionadas, como os 13,5% que preferem reutilizar a água da chuva para limpeza, irrigação de jardins ou hortas e 12,7% que responderam ter preferência por embalagens biodegradáveis.

Silva, Silveira-Martins e Otto (2017), ao estudarem a consciência ambiental de consumidores, identificaram que os elementos que compõem as dimensões da consciência

ambiental estão relacionados à: a) possibilidade de comprar produtos e embalagens com material reciclado ou ainda que possam ser reciclados/reutilizados; b) aquisição de produtos orgânicos; e c) opção por produtos biodegradáveis.

Os elementos reutilização, reciclagem, orgânicos e biodegradáveis também aparecem nos resultados desta pesquisa. No entanto, soma-se a eles o aspecto na redução do consumo, como nos itens em que foram mencionados, na redução de consumo de água, na energia elétrica e na opção por produtos de baixo consumo de energia. Ainda sobre consumo, os resultados vão ao encontro do que apontaram os estudos de Costa, Ramos, Vils e Cunha (2021) e Raasch, Sousa Júnior e Rocha (2021), pois ambos identificaram correlação entre consumo sustentável e consciência ambiental.

Também, os entrevistados foram indagados sobre quais problemas ambientais são perceptíveis na cidade. Os resultados, na Tabela 2, descrevem não somente a percepção ambiental, mas também exibem uma visualização de problemas que, possivelmente, sejam menos percebidos pelo poder público.

Analisando as respostas obtidas, dos 385 entrevistados, 326 indicaram pelo menos um fator problemático, que resultou em dezesseis problemas principais. Apenas 56 respondentes afirmaram não perceber nenhum problema e 3 afirmaram não saber responder.

Tabela 2 – Problemas ambientais identificados pela amostra

Problemas	Frequência
Lixo (lixo/resíduos/sujeiras/entulhos nas ruas)	160
Não percebo problemas	56
Rede de esgoto precária (esgoto a céu aberto/entupido)	55
Poluição do rio (através do lixo/esgoto doméstico despejados incorretamente no rio)	43
Más condições na rede de drenagem (bueiros entupidos)	14
Degradação ambiental	13
Inexistência de consciência/responsabilidade por parte da população	10
Queimadas (queima de lixo e áreas com vegetação)	8
Coleta do lixo irregular	7
Desperdício de água	7
Desmatamento florestal	6
Animaís abandonados	5
Valeta com lixo (mau cheiro)	4
Ausência de educação ambiental	3
Falta de árvores	3
Não sei dizer	3
Poluição sonora	2
Carência de acompanhamento ambiental	1
Total	400

Fonte: Dados da pesquisa.

Dessa forma, o lixo foi citado pela maioria dos respondentes, sendo o problema mais visível na cidade. O descarte inadequado do esgoto e a poluição do rio foram outros problemas enfatizados pelos entrevistados. É perceptível que os dois problemas possuem relação direta, considerando-se o descarte inadequado do esgoto, em que parte é direcionada ao rio que não passa por nenhum tratamento, ocasionando a poluição hídrica. Ademais, foram citados outros problemas, evidenciando a existência de queimadas, coleta irregular do lixo, desperdício de água e desmatamento florestal, dentre outros.

5.2 Análise da responsabilidade ambiental dos gestores municipais

Foram entrevistados os gestores da Secretaria do Meio Ambiente e da Agricultura do município de Viçosa, por meio de um roteiro com treze perguntas. As entrevistas foram transcritas

na íntegra, a fim de facilitar a análise de conteúdo posterior. Elaboraram-se quadros para ilustrar as principais respostas fornecidas. Nomearam-se os entrevistados como: gestor 1 (G1), que está há 2 anos e 3 meses atuando no cargo e possui formação de engenharia agrônoma, e gestor 2 (G2), que atua no setor há 2 anos, com formação técnica-administrativa.

Ações	Verbalizações
Fechamento do lixão (revitalização da área)	“A primeira ação, mais importante que a gente teve aqui em Viçosa... foi o fechamento do lixão.” (G1) “[...] existe uma política, que tá se fazendo agora... Porque foi feito o fechamento do lixão, que era pra ter feito em 2010, foi feito o ano passado [...]” (G1)
Coleta seletiva	“E a gente tá começando... começamos a campanha. E já tem em alguns locais, uma coleta seletiva.” (G1) “[...] iniciamos a coleta seletiva... e vai dar uma sustentabilidade para o meio ambiente [...]” (G2)
Distribuição de mudas nativas (para reflorestamento das matas ciliares, proteção das nascentes)	“[...] outras a gente doou, pra proprietários que vieram aqui... pras matas ciliares [...]” (G1) “[...] nesses dois anos, aonde vamos agora pro terceiro ano, que a gente distribui mudas para os proprietários [...]” (G2)
Arborização da cidade	“[...] em várias praças a gente fez o replantio.” (G1) “[...] a gente plantou umas três ali na Praça do Cinema, porque ali já tem muitas árvores; plantamos lá na área 7, plantamos na Santa Ana [...]” (G2)

Figura 7. Ações ambientais desenvolvidas pela gestão municipal.

Fonte: Dados da pesquisa.

A Figura 7 retrata as ações de sustentabilidade que vêm sendo desenvolvidas pelos gestores municipais, conforme relatos dos mesmos. Foram apontadas como atividades realizadas, ou em desenvolvimento, fechamento do lixão, coleta seletiva, distribuição de mudas nativas, arborização da cidade e um trabalho de conscientização voltado à população.

O aspecto mais importante destacado foi o fechamento do lixão. O local em que funcionava esse espaço no município era particular, ou seja, a prefeitura realizava o pagamento de uma taxa para que todos os resíduos sólidos fossem descartados nessa propriedade. A partir da Lei nº 12.305/10, em seu art. 47, II, provocou-se, em 2018, o fechamento do lixão da cidade e, dessa forma, o descarte passou a direcionar-se para a Central de Tratamento de Resíduos Sólidos, na cidade de Pilar-AL. Junto a isso, é enfatizado o trabalho de revitalização que será feito para tornar o antigo local adequado para agricultura, ao enfatizar que “[...] a prefeitura entregou, mas, com a responsabilidade de fazer o trabalho de recuperação dessa área!” (G1).

Destaca-se essa ação como uma atividade importante, considerando que, conforme estudo de Silva, Silva e Duarte (2016), registram-se dificuldades de municípios para conseguir cumprir integralmente a legislação ambiental no que se refere ao gerenciamento dos resíduos sólidos.

A coleta seletiva foi mencionada como uma ação que vem sendo desenvolvida gradualmente, desde o final de 2018, ou seja, iniciou-se em estabelecimentos comerciais e nos órgãos públicos do município. Recentemente, expandiu-se para as escolas, com o intuito de envolver os alunos, para torná-los transmissores da iniciativa, no âmbito familiar e social, por meio da educação ambiental. Os relatos dos gestores ilustram essa preocupação:

Esse trabalho de conscientização, essas palestras que a gente tá fazendo principalmente em colégios, é muito importante pra conscientização da população. Você pega uma faixa de população, que são os estudantes, que com mais esclarecimentos e vão até levar pros pais, pros tios,

pros adultos que ainda tem... com aquele pensamento mais antigo [...] (G1).

[...] A gente vai começar nos colégios... tem um peso grande né!? Aí quando a gente pegar os colégios, que vai ser um... os alunos vão levar pra casa a ideia né!? Então vai ser também uma ramificação boa que a gente vai ter [...] (G2).

Observa-se que ações mais significativas, como a coleta adequada de resíduos, ainda são bastante incipientes, não tendo uma abrangência local. Da mesma forma, relacionando-se as respostas obtidas na análise das respostas da comunidade, os cidadãos relataram dificuldades em separar os resíduos por não ter ponto de coleta adequado, assim como descreveram o lixo como o maior problema local. Dessa forma, destaca-se a importância de ações mais efetivas, uma vez que é latente a necessidade da realização de coleta seletiva que tenha maior alcance.

Outra ação citada pelos gestores é a distribuição de mudas nativas, para que proprietários reflorestem as matas ciliares, procurando-se estimular o início de atividades desse tipo dentro das propriedades. Essa distribuição ocorre com objetivo de proteger as nascentes, transparecendo-se pelos gestores preocupação sobre a preservação desse recurso natural.

Categorias	Subcategorias	Verbalizações
Facilidades	Criação da associação de catadores	“A gente criou uma associação de povo de Viçosa, pra essa coleta seletiva.” (G1) “A gente já formalizou a associação deles, que não tinha aqui. A gente formalizou aqui nessa gestão, a associação dos catadores e vamos trabalhar pra conseguir fazer o galpão deles [...]” (G2)
	Parcerias	“A gente recebe parcerias... recebemos tratores, recebemos máquinas... Outros tipos de equipamentos. Isso tudo parceria do governo municipal, com governo estadual, federal.” (G1) “[...] a gente tem hoje, a associação de catadores como parceira [...]” (G2)
Dificuldades	Falta de consciência da população	“[...] as dificuldades é a consciência do povo. É muito complicado.” (G1) “[...] o que precisa é conscientização do povo e também o povo querer aceitar, a coisa né!?” (G2)
	Questão financeira	“[...] O recurso da prefeitura é mínimo, não tem recurso pra fazer investimento. Não tem como. Por enquanto, não.” (G1) “[...] a maior dificuldade é o dinheiro porque a gente só faz as coisas com o dinheiro, só movimenta qualquer coisa que a gente pensa em fazer com dinheiro [...]” (G2)
	Registro da associação	“[...] ainda tá faltando um registro da associação... porque tem algum valor pra pagar esse registro [...]” (G1)

Figura 8. Facilidades e dificuldades enfrentadas pela Secretaria do Meio Ambiente.

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação à avaliação da gestão municipal, percebem-se iniciativas favoráveis, como o incentivo à coleta seletiva e à criação da Associação de Catadores de Materiais Reutilizados e Recicláveis. Parcerias com o setor privado e com os entes estadual e federal foram citadas como um

ponto forte, pois essas relações interinstitucionais impulsionam realizações, mediante o fornecimento de subsídios materiais, como máquinas, transportes, lixeiras e mudas.

Para Azevedo et al. (2015), a gestão ambiental municipal atua em três papéis principais: a) proponente de projetos; b) apoiador da sociedade civil organizada local; e c) articulador com outros municípios. Dessa forma, percebe-se que o poder público é um forte ator na mobilização dos *stakeholders* na promoção do desenvolvimento sustentável local, seja pela introdução de políticas e indução de boas práticas (ex.: coleta seletiva, compras governamentais) ou pela articulação de parcerias entre sociedade, organizações sem fins lucrativos e empresas privadas. Assim, no contexto estudado, é preciso que as parcerias existentes sejam consolidadas ao mesmo tempo em que se amplie o envolvimento de outros agentes importantes.

Os maiores desafios encontrados pela gestão, segundo os relatos, são a ausência de consciência ambiental da população e a escassez de recursos financeiros. Essas dificuldades interferem no desenvolvimento das políticas ambientais. No entanto, mesmo diante da limitação de recursos, algumas possibilidades de equalização dessas distorções podem ser encaminhadas, como a adoção de consórcios intermunicipais (Doin, Lopes, Afonso, & Rigo, 2020; Grin, Segatto, & Abrúcio, 2006). Os consórcios consistem na cooperação entre entes federativos no sentido de implementar ação ou projeto de modo a potencializar benefícios e minimizar custos.

Os gestores explicam que a falta de consciência ambiental tem sido uma lacuna, que impede que algumas ações sejam efetivadas, por não existir uma total cooperação e aceitação por parte da população, em aderir as medidas propostas pela secretaria. Nesse sentido, é preciso fortalecer as ações de promoção da consciência ambiental, seja pelo fortalecimento da educação ambiental nas escolas, seja por meio de campanhas de conscientização de forma presencial ou em meios digitais, como nas mídias sociais. Ademais, em recente estudo, Severo et al. (2019) buscaram investigar o potencial das redes sociais sobre a consciência ambiental e descobriram que indivíduos expostos às informações em formatos de vídeos, fotos e textos sobre responsabilidade social e sustentabilidade ambiental são influenciados de maneira positiva ao desenvolvimento de uma consciência social e ambiental.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou descrever a responsabilidade e a consciência ambiental de cidadãos e gestores municipais em um pequeno município alagoano, por meio de um estudo de caso com abordagem qualitativa e quantitativa.

Verificou-se que a amostra estudada apontou, predominantemente, uma série de dificuldades para atuar de maneira sustentável no dia a dia. Os principais fatores registrados abrangem ausência de consciência ambiental, perfil desmotivado para cooperar com o meio ambiente, carência de conhecimento sobre a temática e desconhecimento dos processos e soluções que podem diminuir os impactos ambientais pelos indivíduos.

Contudo, percebe-se que muitos contribuem por meio de algumas ações, independentemente de apoio do poder público, o que reflete, embora em pequena escala, avanços sustentáveis no município, por meio do envolvimento direto de parte da comunidade nas questões ambientais.

Por sua vez, o contexto das políticas ambientais do município de Viçosa-AL revela-se por meio de ações pontuais, como do trabalho para o fechamento do lixão, da proteção das matas ciliares e nascentes, o desenvolvimento da coleta seletiva e o esforço de conscientização realizado em escolas. Verifica-se que as questões que vêm sendo tratadas como prioritárias foram iniciadas e estão sendo desenvolvidas, ainda que de forma embrionária.

Porém, há uma limitação da atuação governamental, quer seja pela falta de políticas articuladas associadas a dificuldades orçamentárias, quer seja pela falta de responsabilidade por parte da população. Ademais, transpareceu-se que as dificuldades enfrentadas pela gestão municipal

têm refletido no pequeno alcance das ações, ensejando estratégias para melhorar a eficiência e a amplitude das ações públicas.

Por fim, conclui-se que ambos os atores sociais, gestores públicos e comunidade, compreendem suas responsabilidades para o desenvolvimento sustentável do município. Todavia, diversos fatores dificultam que as ações sejam efetivas e abrangentes, existindo a necessidade de um trabalho em conjunto, motivado principalmente pela gestão pública local.

Os resultados desta pesquisa contribuem no sentido de fomentar elementos para a formulação de políticas públicas que visem desenvolver ações de preservação ambiental mais sustentáveis a partir da conscientização e da responsabilidade por parte de toda a sociedade e dos demais entes envolvidos. Além disso, observa-se uma relevante contribuição para os estudos ambientais, uma vez que este trabalho apresenta uma análise a partir da perspectiva de dois atores sociais, os quais são indispensáveis para a garantia da proteção do meio ambiente, prevista constitucionalmente, ampliando, assim, os olhares sobre o tema estudado.

Como limitações do estudo, registra-se a restrição dos resultados à realidade local, ainda que o perfil do município seja similar a outras cidades, especialmente localizadas na região Nordeste do Brasil. Para pesquisas futuras, propõem-se novos estudos em municípios brasileiros que busquem compreender a percepção dos diversos *stakeholders* sobre seu papel para a garantia de um meio ambiente socialmente equilibrado para todos.

REFERÊNCIAS

Arenhardt, D. L., Damke, L. I., Rodrigues, L. A., Dill, R. A., & Trevisan, M. (2016). Comportamento, atitudes e consciência ambiental quanto ao descarte de telefones celulares: um estudo quantitativo na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*, 9, 43-60.

Azevedo, A., Crisostomo, A. C., Santos, F. B. P., Abreu, K. D. R., Guerreiro, J., Prado, M., Nascimento, P. M. (2015). *Fortalecendo a Gestão Ambiental Municipal: Mecanismos Financeiros e Visibilização de Boas Práticas*. FGV/EAESP, IPAM, Brasil.

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (1a). Edições 70.

Bastos, H. M., & de Araújo, G. C. (2015). Cidadania, empreendedorismo social e economia solidária no contexto dos catadores cooperados de materiais recicláveis. *Revista Capital Científico-Eletrônica*, 13(4), 62-79.

Brasil. Constituição. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>.

Cavalcanti, R. S., Silva, C. K. S., Lira, J. S., & Costa, M. F. (2020). Preocupação Socioambiental e Hábitos de Consumo: O que nos dizem os Estudantes Universitários? *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 9(2), 33-55.

Chugh, R., Wibowo, S., & Grandhi, S. (2016). Environmentally sustainable Information and Communication Technology usage: awareness and practices of Indian Information and Communication Technology professionals. *Journal of Cleaner Production*, 131, 435-446.

Costa, T., Ramos, H., Vils, L., & Cunha, J. (2021). Altruístas são Ambientalmente Responsáveis e Materialistas são Ambientalmente Irresponsáveis? Uma Análise Sobre a Moderação da Desejabilidade Social e da Mediação da Consciência Ambiental. *Brazilian Business Review*, 18(5), 585-604.

Doin, T. A. F., Lopes, L. M. S., Afonso, A. S., & Rigo, A. S. (2020). Consórcios Intermunicipais para o Desenvolvimento: Determinantes da Cooperação entre os Municípios Baianos. *Administração Pública e Gestão Social*, 11(1), 1-19.

Espíndola, A. R. C., Netto, L. M., & Souza, V. B. (2017). A gestão social no contexto da gestão ambiental: Análise da criação e operacionalização do projeto 3R ARQ-UFSC. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 11(1), 56. <https://doi.org/10.24857/rgsa.v11i1.1189>

Gadenne, D.L., Kennedy, J. & McKeiver, C. (2009). An Empirical Study of Environmental Awareness and Practices in SMEs. *J Bus Ethics* 84, 45–63. <https://doi.org/10.1007/s10551-008-9672-9>

Garcia, M. L. V., & Gomes, M. V. P. (2016). Meio ambiente e arena pública: governança ambiental e suas implicações para as políticas públicas. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 21(69).

Grin, E. J., Segatto, C. I., & Abrucio, F. L. (2016). El asociativismo intermunicipal en Brasil. (1a ed). In: Cravacuore, D.; Chacón, A. (Eds.). *El Asociativismo Intermunicipal en América Latina*. Santiago do Chile: Universidad Tecnológica Metropolitana.

Hair, J., Black, W. C., Babin, B. J., & Anderson, R. E. (2010) *Multivariate data analysis*. Upper saddle River, New Jersey: Pearson Education International.

Januário, M., Fernandes, F. R. M., Valério, M. A., & Macedo, R. B. (2017). Estudo do comportamento ambiental da população de Wenceslau Braz/PR em relação aos resíduos sólidos urbanos. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 6(1), 55-71.

Krzyszczak, F. R. (2016). As diferentes concepções de meio ambiente e suas visões. *Revista de Educação do IDEAU*, 11(23), 1-17.

Leandro, L. A., Neffa, E. M., & Neffa, K. (2016). A Questão Ambiental: Desafios Políticos, Econômicos e Ideológicos na Perspectiva Brasileira. *Desenvolvimento em Questão*, 14(33), 6-40.

Lima, G. F. C. (2011). A institucionalização das políticas e da gestão ambiental no Brasil: avanços, obstáculos e contradições. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 23, 121-132.

Nunes, M., Philippi Jr, A., & Fernandes, V. (2012). Gestão Ambiental Municipal: objetivos, instrumentos e agentes. *Revista Brasileira De Ciências Ambientais (Online)*, (23), 66-72.

Pereira, S. S., & Curi, R. C. (2012). Meio ambiente, impacto ambiental e desenvolvimento sustentável: conceituações teóricas sobre o despertar da consciência ambiental. *REUNIR Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 2(4), 35-57.

Raasch, M., Sousa Júnior, J. H., & Rocha, R. A. (2021). Consciência Ambiental de Consumidores e sua Disposição a Pagar. *Reuna*, 26(2), 46-68.

Santos, E. O., Medeiros, P. R. P., & Santos, C. J. S. (2018). Implicações socioambientais do processo de apropriação e uso do Rio Paraíba do Meio em Viçosa (AL). *Revista Geonorte*, 9(32), 45-66.

Severo, E. A., Guimarães, J. C. F., Brito, L. M. P., & Dellarmelin, M. L. (2017). Environmental Sustainability and Sustainable Consumption: The Perception of Baby Boomers, Generation X and Y in Brazil. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 11(3), 92-110.

Severo, E. A., Guimarães, J. C. F. D., Dellarmelin, M. L., & Ribeiro, R. P. (2019). The Influence of Social Networks on Environmental Awareness and the Social Responsibility of Generations. *BBR, Brazilian Business Review*, 16(5), 500-518.

Silva, S. S., Silva, G. D. D. N., & Duarte, G. R. (2016). Atendimento à legislação ambiental referente aos resíduos sólidos urbanos em três municípios de Minas Gerais. *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*, (9), 100-114.

Silva, V. H. M., Silveira-Martins, E., & Otto, I. M. (2017). Mensuração da consciência ambiental dos consumidores: proposta e validação de escala. *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*, (10), 63-78.